



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

## Portaria (920367)

Data do Movimento: **31/07/2020 13:19:26**  
Criador: **Eduardo Barreto d'Avila Fontes**  
Resumo: **PORTARIA Nº 1031/2020 DE 30 JULHO DE 2020**

---

PORTARIA Nº 1031/2020  
DE 30 JULHO DE 2020

Concede licença para tratamento da própria saúde a servidora efetiva.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, à vista do disposto nos artigos 35, I, “e” e “t”, da Lei Complementar 02/90, e 92, 93, 94 e 208 da Lei Complementar 16/94, combinado com a Lei 2.148/77,

Considerando a situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe contida no Decreto Estadual nº 40.560/20 datado 17 de março de 2020;

Considerando o artigo 1º da Portaria nº 1.378/2020, datada 19 de março de 2020, expedida pela Secretaria de Estado da Administração do Governo de Sergipe.

### RESOLVE:

Movimento assinado eletronicamente por **Eduardo Barreto d'Avila Fontes\***, em 31/07/2020, às 13:19., conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0043.0000103/2020-13**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 1º – Conceder a servidora Ana Celia Barbosa Matias, ocupante do cargo de Técnica do Ministério Público do Quadro de Pessoal de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, 08 (oito) dias de licença para tratamento da própria saúde, no período de 21 a 28 de julho de 2020, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, produzindo seus efeitos no período de 21 a 28 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes  
Procurador-Geral de Justiça

Movimento assinado eletronicamente por **Eduardo Barreto d'Avila Fontes\***, em 31/07/2020, às 13:19., conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0043.0000103/2020-13**.